Correio Braziliense

Publicado em 26/06/2022 - 05:56

"A Lava-Jato é pai e mãe desta situação a que chegamos"

>> Entrevista | GILMAR MENDES | MINISTRO DECANO DO STF

Ao completar 20 anos na Corte, magistrado defende o inquérito das fake news e diz não ver ameaça ao processo eleitoral. Ele faz uma análise da Lava-Jato e de suas consequências para a Justiça e a política brasileiras

"O bode expiatório, hoje, é o Supremo"

- » ANA DUBEUX » DENISE ROTHENBURG » VINICIUS DORIA

epois de duas décadas no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Gilmar Mendes fica à vontade ao analisar a Justiga e a polifica brasileiras. Professor, académico e escritor, o jurista passa a Lava-lato a limpo nesta entrevista ao Correlo Brazillense.
Consciente de que a forçatarefa foi o momento mais dificil o Judiciário brasileiro, hoje ele não tem dúvidas de que a operação liderada pelo ex-jutz Sergio Moro foi um projeto político, de poder, liderada por pessoas que, além de tudo, tinham apreço por dinheiro.

"É muito dificil dizer isso ab initio (desde o principio). Mas, initio (desde o principio). Mas, initio (desde o principio). Mas

nitio (desde o princípio). Mas, hoje, estou absolutamente con-victo disso, de que havia um pro-jeto de poder", diz. E vai além: acredita que as 10 medidas antiacredita que as 10 medidas anti-corrupção, propostas pelo Minis-tério Público tinham "regras tão radicais quanto o AI-5". O ministro enxerga a opera-ção como um projeto que trou-

ção como um projeto que trou-xe consequência para a politi-ca brasileira: "A Lava-Jato é pai e-mãe desta situação política a que chegamos. Na medida em que vocé elimina as forças poli-ticas tradicionais, dá ensejo ao surgimento — a política, como tudo no mundo, detesta váciuo —, a novas forças. No caso espe-cífico, a Lava-Jato praticamente destruiu o sistema político brasi-eiro, os quadros representativos foram atingdos: Na entrevista, o magistrado

leiro, os quadros representativos foram atingidos."

Na entrevista, o magistrado fala, ainda, sobre os ataques ao Supremo, que foi colocado "como bode expiatório", em especial sobre o inquérito das fake news, conduzido pelo STE. Sobre as eleições, ele não vérsoo de ruptura democrática e afirma que a segurança e a excelência das urnas eletrônicas estão comprovadas. "Mas, nesse ambiente, pega-se um fragemento de informação e começa-se a instilar esse tipo de desconfiança", pondera.

Para brecar as intenções caluniosas, Gilmar Mendes confia m mídia responsável. "Nesse ambiente, muitas vezes, as pessoas ficam susceptives a teorias conspiratórias. Teoria conspiratórias e combate com boa informação. Por isso, a importância do trabalho da mídia profissional."

O que o senhor coloca como o melhor e o pior momento nesses 20 anos de STF?

messes 20 anos de STF?
Chego aqui em junho de 2002, e o tribunal já estava numa transição, porque, até entião, era composto por multas pessoas que foram indicadas anida no regime anterior, antes da Constituição de 1988. Entião, esca fase, a partir de 2000, já até com alguns novos indicados—ministro (Nelson) Jobim, ministra Ellen Gracie —, é, talvez, uma fase em que se começa aplicar de maneira mais aberta o modelo da Constituição de 88.

Há uma relação entre a Lava-Jato e os ataques a o

Nascia um novo Supremo? É um momento de flore

um momento de floresci-to do tribunal, no sentido



Quer mais limitação do que impõe o Congresso ao presidente? Veja quantos vetos foram derrubados, quantas medidas provisórias foram rejeitadas. E o Congresso está abusando? Não, está exercendo suas funções

ça de jurisprudência, que é um momento interessante. Depois, vamos viver os embates sobre o recebimento da denúncia e o recenimento da denúncia e o próprio debate a respeito do mensalão. Ali, é um ponto alto. Até de reconhecimento popular do prestígio do tribunal.

Hà uma relação entre a Lava-Jato e os ataques ao Supremo? Talvez estejam associados. O tribunal que teve seu momento de altaneria, no pós-mensalão, agora passa a viver um outro qua-

dro, passa a ser questionado. Aí, tem todos aqueles episódios de ataques a juízes, constrangimen-tos em avião, e coisas do tipo. Por-tanto, as pessoas se animaram a...

...Foram estimuladas... Foram estimuladas. Não Foram estimuladas. Não podemos esquecer que (Sergio) Moro vem integrar o governo Bolsonaro como ministro da Justiça e, em dado momento, foi considerado o mais popular ministro do governo Bolsonaro. E, ai, a gente vive, desde 2019, aquele quadro de manifestações, de "eu autorizo, eu delego". O que significava isso? Eu autorizo que feche o Supremo, esquecendo-se de que democracia constitucional é uma democracia con limites. O tribunal soube articular bem a defesa nessa matéria, com a abertura soube articular bem a delesa nessa matéria, com a abertura do tal inquérito, que se popu-larizou como o inquérito das fake news, ou dos atos antide-mocráticos, que produziu um esvaziamento. Mas, vivíamos,

todos os domingos, em 2020, as manifestações, aquelas cenas, o espocar de fogo sobre o Supre-mo Tribunal Federal, de caráter simbólico, mas, daqui a pouco, poderia haver tiros.

E isso teve desdobramento

E isso teve desdobramentos. Sim. No ano passado, o 7 de Setembro, são todos movimentos aos quals não estávamos acoustumados. Críticas, sempre houve ao tribunal. A jurisdição consti-tucional decide com um caráter quase que legislativo. As decisões acabam tendo um amplo efei-to, elas dividem, porque alguns aprovam a decisão e outros cri-ticam. No momento em que a gente vive essa radicalização, e, muitas vezes, a simplificação de determinadas realidades..

recebida em vários ambientes. Só que, nas redes, isso pode ser trazido como se fosse uma licen-ciosidade, uma permissividade, a ruptura com os valores mais altos da família. Então, o mesmo fenômeno pode ser visto como uma decisão libertária, de recouma decisão libertária, de reco-nhecimento, como me parece que é, mas é visto, também, nes-sa outra perspectiva, como se estivéssemos estimulando a rup-tura da família. Compreende-se, estivessemos estimulando a rup-tura da família. Compreende-se, então, que qualquer decisão seja demonizada, satanizada.

E estamos falando anenas de

Em matéria penal se diz: a ticam. No momento em que a gente vive essa radicalização, o multas vezes, a simplificação de determinadas realidades...

Pode dar um exempto?

Vamos pegar um fato que a toda hora se levanta c recombe cimento da união homoafetiva. Em principio, uma decisão normal do tribunal, muito bem

raciocínio futebolístico, quando o Supremo é Supremo justamente por Isso, porque decide por último e de maneira definitiva. Em suma, esse ambiente de conflagração fez com que nos vissemos envolvidos nessa polêmica imensa que se tentou responder com o inquérito das fake news.

O próprio inquérito também é muito criticado, especialmente pelos botsonaristas, porque o STF acusa, investiga, julga, faz todo o processo dentro do STF. Não deveria ter havido uma distribuição maior dessas tarefas? Acho que aqui se faz um cas processo destro do STF. Não deveria ter havido uma distribuição maior dessas tarefas?

dessas tarefas?

Acho que aqui se faz um pouco de confusão. Quando a gente tem casos que envoluven, por exemplo, parlamentares, casos típicos da prerrogativa de foro, normalmente a Procuradoria-Geral pede a abertura de inquérito, e nós abrimos. Desde então, cada relator presido e inquérito, e nós abrimos. Desde então, cada barir porque não há razões suficientes. Quando abrimos, atuamos como uma autorida-atuamos como uma autoridasulcientes. Quando abrimos, atuamos como uma autorida-de supervisora. Quebramos sigilo, a pedido do Ministério Público; mandamos busca e apreensão e todas as medidas probatórias para que se dê densidade ao inquérito.

O que houve de especial no inquérito das fake news? Entendeu-se que estávamos numa situação singular — e aí se focou muito no disposto do artigo 43 do Regimento Interno, que prevê que crimes cometidos no ambiente do tri-bunal possam ser investigados pelo tribunal. Mas os nossos inquéritos, esses que abrimos no contexto da prerrogativa de foro, já são presididos pelo Supremo. Só que, quando eles são encerrados, são mandados são encerrados, são manadado à Procuradoria, que oferece denúncia ou não. Pode pedir o arquivamento também. E, quando pede arquivamento, normalmente, a gente encerra.

quantio pete a rquivaniento, normalmente, a gente encerra.

E o que corre no inquérito das fake news?

Autorito da raise de lo de la companie de lo do quadro, abriu-se o inquérito por determinação do presidente do tribunal. Houve a designação do ministro Alexandre de Moraes como relator, e ele passou, como fazemos nos demais inquéritos, a fazer as investigações, com a Polícia Federal, com auxílio da Procuradoria-Geral, com auxílio da Procuradoria-Geral de la procuradora Raquel (Dodge) — e isso talvez tenha ajudado a confundir e alimentar essa lenda urbana —, por cuidados institucionais e talvez até corporativos, repudiava o inquérito, pedia o arquivamento. Quando velo o procurador (Augusto) Aras ele passou a reconhecer como válido o inquérito e passou a pedir providências. Agora, feitas as investigações, ao que estou informado, encerrado qualquer capítulo desse inquérito, é mandado para o Ministério Público para que ele ofereça a demúncia melação às pessoas que foram investigadas. O Ministério Público para que ele ofereça a demúncia melação às pessoas que foram investigadas. O Ministério Público está acompanhando.



Do ponto de vista formal, o processo está correto, então.
Todas as garantias estão sendo dadas. As mesmas garantias que existem para os inquéritos com prerrogativa de foro são dadas aqui, então, não é que o supremo esteia acusando. remo esteja acusando. O emo simplesmente faz o inquérito como faz nas outras hipóteses e, depois, encaminha para a autoridade competente, que vai oferecer a denúncia ou não. E se decidir não oferecer, assunto encerrado. Portanto, é um procedimento normal

O Supremo tem, portanto, a prerrogativa de abrir e conduzir inquéritos.

conduzi inquéritos.

En relação ao inquérito das fake news, et tenho segurança de que, não fosse a sua instauração e a postura firme do seu relator, o ministro Alexandre de Moraes, teriamos tido desdobramentos muito ruins, graves. Viamos, como se descobriu, financiamentos, empresários financiando, e isso passou a ter consequências. Organizações de milicias nesse contexto. Então, milicias nesse contexto. Então, milícias nesse contexto. Então é preciso ter essa compreensão. É um instrumento importante de defesa da própria Corte em circunstâncias especiais.

O senhor é crítico contumaz da Lava-Jato. Era um projeto de poder? É muito difícil dizer isso ab

E muito dincii dizer isso ab initio (desde o principio). Mas, hoje, estou absolutamente con-victo disso, de que havia um projeto de poder. Os senhores vão se lembrar, por exemplo, de Curitiba. Sem nenhum menos-cabo, mas está longe de Curitiba ser o grande centro de liderança intelectual de Brazil. Não obsser o grande centro de lideranç intelectual do Brasil. Não obs tante, Curitiba passou a pautar nos. Tinha normas que pratica-mente proibiam o habeas corproblem o haceas corpus. Normas tão radicais quanto a do Al-5. Proibição de liminares e coisas do tipo. A Lava-lato era um projeto que ia para além das atividades meramente judiciais. E (os integrantes) passaram, também, a acumular recursos.

Como assim? O ministro Teori (Zavascki) passou a glosar vários acordos que dizia que pagariam 20% para o Ministério Público. Pas-saram a pensar num fundo e chegaram àquela Fundação Dal-lagnol, a fundação que recebeu R\$ 2,5 bilhões, uma fundação \$2,5 bilhões, uma fundação RS 2,5 bilhões, uma fundação privada de direito público que se dedicaria a fazer educação con-tra a corrupção. RS 2,5 bilhões correspondem a metade do Fundo Eleitoral previsto. Era um projeto, obviamente, político.

Houve outros episodios, mais graves. Vieram as revelações da Vaza-Jato, um jogo combinado: denúncias que eram submetidas antes ao juiz. Aquilo saiu do sta-tur de maior notaração de comtus de maior operação de comtus de maior operação de com-bate à corrupção para o maior escândalo judicial do mundo. Mais do que um projeto políti-co, a Lava-lato era um projeto político de viés totalitário: uso de prisão para obter delação e cobrança para que determina-das pessoas fossem delatadas.

Então, por que o STF

Então, por que o STF chancelou quase todas as decisões de Moro, do TRF-42. As primeiras discussões tra-taram das prisões. Vocês vão encontrar vários pronuncia-mentos meus, na 2º Turma, dizendo que a gente tinha um encontro marcado com essas questões. Só que vários dos habeas corpus foram indeferi-dos, por decisão da Turma.

O STF errou lá ou errou

o STF errou ta ou errou depois? É muita diferença entre as decisões... A avaliação que se fazia é de que se estava no início das investigações e que se justifica-vam as medidas. Estou tranquilo em relação a isso, porque fiquei vencido em vários casos.

Os problemas continuaram mesmo após o impeachment de Dilma Rousseff. Em 2017, abre-se investiga-ção em relação ao presidente Temer e a coisa da IBS e tudo mais. Tudo se faz a toque de caixa, e por quê? Porque estava



A Lava-Jato é pai e mãe desta situação política a que chegamos. Na medida em que você elimina as forças políticas tradicionais, dá ensejo ao surgimento de novas forças'

estar atrapalhando a política governamental nessa seara. No fim, as pessoas não reparam, foi o Supremo, naquela confusão da guerra das vacinas, na ges-tão caótica do general (Eduar-do) Pazuello, que estabeleceu o plano de imunização. Foi o ministro (Ricardo) Lewando-wsky que estabeleceu que pre-cisava ter um plano de imuni-zação. Já (inhamos vacina, e estava aquele bate-cabeça. Veja o papel importante que o tribu-nal exerceu nesse contexto.

Vê risco de golpe de Estado? Não vejo. O Brasil amadure-ceu muito. Somos 27 unidades federadas, temos 5,6 mil muni-cípios, uma economia pujante,

em jogo a Procuradoria-Geral da República. Quem seria o escolhido. Fez-se quase um golpe contra o presidente da República por causa da dispu-tan a Procuradoria-Geral. Sabia o dr. (Rodrigo) Janot que nem ele nem o candidato do grupo dele seria o escolhido pelo pre-sidente Temer. Então, tomore sidente Temer. Então, tomore dete serta o escolmido pelo pre-sidente Temer. Então, to mou a singela medida de derrubar o presidente. Isso não tem sido falado, mas é notório que foi assim. E, claro, condicionado à linha "só vamos fazer o acordo de leniência, delação, se vocês fizerem esse tipo de papel". É disso que estamos falando. Que modelo é esse?!!

Acredita que tudo está dentro do contexto de criminalização da política? Tenho impressão de que sim. Não estamos dizendo que não tem crime aqui, não é disso que se cuida. Caixa dois era comum. Mas foi se enquadrando tudo como corrupção.

O senhor afirma que ho propina, agora o Estado vai

propina, agora o Estado vai ter que devolver recurso? Não acho que haverá esse tipo de decisão. Os casos têm de ser efetivamente aferidos num contexto específico, cada caso terá de ser examinado. É muito difícil explicar que um diretor da Petrobras tenha acumulado uma montanha de acumulado uma montanha de recursos e que isso não estives-se associado à corrupção. Cada caso terá de ser analisado em sua perspectiva. Mas as práticas da Lava-Jato não têm nada a ver com o Estado de direito, são práticas totalitárias. Se a gente tivesse falando da Rússia soviética, era o normal. Mas isso passou-se a fazer a aqui.

Como vê as ameacas e tensões que pairam sobre as

tensões que pairam sobre as eleições?
Eu já disse que, de alguma forma, a Lava-lato é pai e mãe desta situação política a que chegamos. Na medida em que cocê elimina as forças políticas tradicionais, se dá ensejo ao surgimento — a política, como tudo no mundo, detesta vácuo de pames forças e A lava, lato de paga forças e A lava, lato de novas forças. A Lava-Jato praticamente destruiu o sistema político brasileiro, os quadros pointeo brasilerio, os quadros representativos foram atingidos. O Brasil produziu uma situação muito estranha. Além de sede de poder, veja que todos hoje são candidatos. Moro é candidato, a mulher é candidata, Dallagnol é candidato.

Mas o senhor vê ameacas às

Mas o senhor ve amenyamentelejões?
Não vejo. Desde 1996 temos votação eletrônica, e a votação eletrônica bamiu a fraude sistémica, a contabilização indevida de votos. Id passei duas vezes pela lustiça Eleitoral e tenho absoluta confiança no trabalho que se faz.

Por que esse ataque à urna eletrônica?

eletrônica?

Para manter a grei unida.
Não há dúvida sobre a seriedade do sistema. O Brasil pode
ter vários problemas. Precisa
melhorar, inclusive, o sistema
político. Mas isso não tem nada
a ver com a urna eletrônica.

para a prática?
Não vou fazer considerações específicas, mas acho que,
nesses movimentos de inspiração populista acaba ocorrendo um certo incômodo com a
ideia de limitação dos Poderes,
só que isso é típico da democracia constitucional. É uma democracia com limites estamos submetidos a limites estamos submentos a limites.

Obviamente, precisa-se encontrar culpados, bodes expiatórios. E o bode expiatór o visível,
no contexto brasileiro, hoje, é o
Supremo Tribunal Federal. Nós
não temos um presidencialismo
imperial. Quer mais limitação
do que impês en presidente o do que impõe ao presidente o próprio Congresso? Veja quantos vetos foram derrubados, quanvetos foram derrubados, quan-tas medidas provisórias foram rejeitadas. E o Congresso está abusando? Não, está exercendo suas funções.

Veja a atuação do tribunal na pandemia. Eu reputo que foi uma atuação exemplar. Se olharmos o quadro de confusão que tinhamos em março de 2020... Nós não tinhamos remédios confláveis, daí a lenda urbana da cloroquina. En há uma questão constitucional básica: o sistema de scride douce en um estano de section de constitucional básica: o sistema de scride douce en um estano. de saúde deve ser um sistema integrado, que exige coordena-ção nacional e ramificações nos estados e municípios.

estados e municípios.

Era o caos.

O que aconteceu? A União dizendo que não podia have interrupção de atividades, que todas eram essenciais. E vieram governadores e prefeitos reclamando, porque a única medida que lhes ocorria, seguindo orientações da OMS (Organização Mundial da Saúde), era fazer algum tipo de isolamento social, interrupção de atividades. Eu uma posição pragmática: eles gerenciavam o sistema de saúde. Havia uma regra que mera médica, era estatística, de ueu m grupo se contaminaria e parte dessas pessoas precisaria de atendimento e de UTI.

no 7 de Setembro, houve

no / de Setemoro, nouve interlocução... Nós estamos vivendo mais de 30 anos de normalidade institu-cional. De alguma forma, tem havido um mutirão, uma parce-ria institucional. A democracia ra institucional. A democracia é isso mesmo, um modelo de check and balances e de verifi-cação, de construção de consen-so, de algum consenso básico, de legitimação. Nós mesmos, aqui, muitas vezes, tomamos decisões que, depois, se verifi-caram erradas.

estamos inseridos no contex-to internacional, somos uma democracia grande no mundo. Não faz sentido esse tipo de

Há pontes entre o presidente

Hå pontes entre o presidente Bolsonaro e o Supremo? Eu sou favorável a que todos nós tenhamos abertura e diálogo, inclusive para esclarecer deter-minadas coisas. Nesse ambiente, muitas vezes, as pessoas ficam suscetívels a teorías conspirató-ias. Teoría conspiratória se com-bate com boa informação. Por soa a importância do rabalho

isso, a importância do trabalho

da mídia profissional.

Após aquela tentativa de ameaçar a democracia,

Por exemplo?

Hoje, eu reputo como extremamente problemática a decisão que tomamos de suprimir o financiamento privado (de campanhas eleitorais). Na medida em que tiramos o financiamento privado, subimos o financiamento publico. Estamos chegando a R\$ 4,9 bilhões nas eleições presidenciais. E com os partidos com uma massa enorme de recursos.

O que acha do projeto de lei que torna o Congresso uma espécie de instância revisora

espécie de instância revisora do Supremo? A ideia nem é boa nem é nova. De alguma forma, há um dispositivo semelhante na Cons-tituição de 1937, da ditadura Vargas, em que se prevía que o Parlamento poderia, em caso de declaração de inconstituciona-lidade pelo Supremo confirmar declaração de inconstituciona-lidade pelo Supremo, confirmar a lei que fora declarada incons-titucional e cassar a decisão do Supremo. Como não houve Par-lamento em 37, isso foi exercido pelo presidente ditador. Portan-to, a inspiração (do projeto) é de viés totalitário. Devemos ficar muito desconfiados em relação a isso, Imagine uma decisão toma-siso, Imagine uma decisão tomaisso. Imagine uma decisão toma-da por 10 x 1 ou por 6 x 5. Por que ela deveria ser anulada? Não faz nenhum sentido. É tão extravagante que a gente pode dizer que nem errada está. (risos)

Desde o 7 de Setembro, o presidente fala, acusa, mas, até agora, não descumpriu nenhuma decisão judicial... Não tenho conhecimento de

nenhum descumprimento.

Esse discurso pode evoluir para a prática?

na sua avaliação, agiu corretamente e não cometeu

cessos? Veja a atuação do tribunal

sse contexto, o que fez o

tribunal?

O Supremo fortaleceu a posição de estados e municípios que estavam defendendo uma recomendação médicocientífica, e fomos acusados de

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2 e 3